

## ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

### A

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA** com pedido de liminar – Ministério Público Federal – Procedimento médico de interrupção de gravidez – Inviabilidade de vida extra-uterina – Sentença – Extinção do processo sem julgamento do mérito – Falta de condições da ação. *Poder Judiciário – Justiça Federal*..... 415

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA** com pedido de liminar – Responsabilidade civil – Dano Ambiental – APA de Guapimirim e Baía de Guanabara – Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) – Princípio da Obrigatoriedade da Intervenção Estatal. *Estado em Juízo – Cristiano Franco Martins e Francesco Conte*..... 469

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 404-2** – Lei Estadual n.º 1.713/1990 – Concessão – Benefício – Contagem – Dobro – Tempo ficto – Servidor Público – Aposentadoria – Disponibilidade. *Poder Judiciário – Supremo Tribunal Federal*..... 431

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 3019** – Lei Estadual n.º 4.117 – ICMS – Extração de petróleo – Deslocamento físico da mercadoria – Ausência de *periculum in mora* – Inépcia da inicial. *Pronunciamento sobre pedido de liminar – Gustavo Amaral – Prêmio Jurídico José Carlos Barbosa Moreira*..... 561

**AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL** – Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro (IPERJ) – Decisão Monocrática – Art. 530 do CPC – Lei n.º 10.352/2001 – Conflito intertemporal de leis – Descabimento de embargos infringentes – Art. 535, II, do CPC – Invalidade de acórdão proferido em sede de embargos de declaração – Provimento ao Recurso Especial. *Poder Judiciário – Superior Tribunal de Justiça*..... 481

**AMARAL, Gustavo** – Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3019 – Lei Estadual n.º 4.117 – ICMS – Extração de petróleo – Deslocamento físico da mercadoria – Ausência de *periculum in mora* – Inépcia da inicial. *Pronunciamento sobre pedido de liminar – Prêmio Jurídico José Carlos Barbosa Moreira*..... 561

**AMARAL, Gustavo** – Convênio ICMS 26/03 – Isenção de ICMS – Operações internas – Aquisição de mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública estadual direta, suas autarquias e fundações –

Possibilidade de implantação no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. *Parecer n.º 03/2004 – Prêmio Jurídico Diogo de Figueiredo Moreira Neto*..... 544

**ANDRADE, Daniele Farias Dantas de** – Precatório – Ordem cronológica – Preferência aos maiores de 65 anos de idade – Princípio da impessoalidade – Princípio da moralidade – Créditos de natureza alimentar – Poder Constituinte Originário – Artigo 100, CR – Emenda da Constituição Estadual (Artigo 153, § 3.º) – Poder Constituinte Derivado – Princípio da supremacia da Constituição – Estatuto do Idoso – Eventual iniciativa do Presidente do Tribunal. *Parecer n.º 01/2004*..... 376

**APA DE CAIRUÇU** – Licença de instalação vencida – Prorrogação – Limite – Necessidade de prévio Licenciamento Ambiental federal – Art. 4.º, I, da Resolução CONAMA n.º 237/97 e art. 10, § 4.º, da Lei 6.938/81. *Parecer n.º 06/2004 – Luiz Eduardo Lessa Silva*..... 348

**APRESENTAÇÃO** – *Francesco Conte – Procurador-Geral do Estado* ..... 23

**ARAGÃO, Alexandre Santos de** – Atualização metodológica do Direito Administrativo – Princípio Constitucional da Eficiência (art. 37, caput, CF) – Administração de Resultado – Teoria Autopoiética – Legalidade finalística e material. *Ensaio de uma visão autopoiética do Direito Administrativo* ..... 27

### B

**BAPTISTA, Patrícia Ferreira** – Secretaria de Estado de Finanças – Procedimento para pagamento de obrigações de pequeno valor – Art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e artigo 87 do ADCT – Observância da ordem cronológica a contar da data da intimação do Estado para pagamento – Termo *a quo* do prazo para pagamento: data da juntada do mandado de intimação aos autos (artigo 241, II, do CPC). *Parecer n.º 11/2004*..... 356

**BARROSO, Luís Roberto** – Conselho Nacional de Justiça – Criação – Emenda Constitucional n.º 45/04 – Poder Judiciário em um Estado Democrático de Direito – Ascensão institucional do Poder Judiciário sob a Constituição de 1988 – Função jurisdicional, administração da Justiça e participação da sociedade – Princípio majoritário, cláusulas pétreas e controle de constitucionalidade – Princípio da separação de Poderes – Princípio da forma federativa de Estado – ADIn n.º 3.367-DF. *Constitucionalidade e legitimidade da criação do Conselho Nacional de Justiça*..... 122

**BENS VAGOS** – Artigo 1.237 do novo Código Civil beneficia Municípios com

o produto da venda – Bens arrecadados na vigência do Código anterior – Depósito na conta do Tesouro Estadual – Na falta de norma legal específica descabe depositar tais valores no Fundo Estadual do Tribunal de Justiça ou qualquer outro que não a conta corrente do Tesouro do Estado. *Parecer n.º 06/2004 – Dante Braz Limongi*..... 353

**BINENBOJM, Gustavo** – A outra história do direito administrativo: do pecado autoritário original à constituição de uma dogmática a serviço dos donos do poder – Crise dos paradigmas do direito administrativo e a emergência de um novo modelo teórico – Construção e desconstrução do princípio da supremacia do interesse público – Princípio da supremacia do interesse público, segundo a doutrina brasileira – Desconstrução do princípio da supremacia do interesse público – Constitucionalização do direito administrativo e a formulação de um novo paradigma da Administração Pública – Dever de proporcionalidade como fundamento e técnica da decisão administrativa – Proporcionalidade e as normas instituidoras de privilégios para a Administração – Proporcionalidade e as normas restritivas de direitos individuais. *Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: um novo paradigma para o direito administrativo* ..... 49

**BRAGA, Fabiana Andrada do Amaral Rudge** – Educação pública – Contratação por tempo determinado – Artigo 37, IX, CF – Lei Estadual n.º 2.399/95 – Limite de 5.800 contratações temporárias – Inconstitucionalidade – Matéria de competência administrativa – Excesso de Poder Legislativo. *Parecer n.º 05/2004*..... 279

## C

**CATALANO, Pierangelo** – *Europa, América Latina y “Familia Humana” según el Pensamiento de Giorgio La Pira, Profesor de Derecho Romano* ..... 178

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA** – Criação – Emenda Constitucional n.º 45/04 – Poder Judiciário em um Estado Democrático de Direito – Ascensão institucional do Poder Judiciário sob a Constituição de 1988 – Função jurisdicional, administração da Justiça e participação da sociedade – Princípio majoritário, cláusulas pétreas e controle de constitucionalidade – Princípio da separação de Poderes – Princípio da forma federativa de Estado – ADIn n.º 3.367-DF. *Constitucionalidade e legitimidade da criação do Conselho Nacional de Justiça – Luís Roberto Barroso*..... 122

**CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO** – A outra história do direito administrativo: do pecado autoritário original à constituição de uma dogmática a serviço dos donos do poder – Crise dos

paradigmas do direito administrativo e a emergência de um novo modelo teórico – Construção e desconstrução do princípio da supremacia do interesse público – Princípio da supremacia do interesse público, segundo a doutrina brasileira – Desconstrução do princípio da supremacia do interesse público – Formulação de um novo paradigma da Administração Pública – Dever de proporcionalidade como fundamento e técnica da decisão administrativa – Proporcionalidade e as normas instituidoras de privilégios para a Administração – Proporcionalidade e as normas restritivas de direitos individuais. *Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: um novo paradigma para o direito administrativo – Gustavo Binenbojm* ..... 49

**CONTA B/ BANERJ** – Declaração de inexistência de relação jurídica entre o Estado do Rio de Janeiro e a União Federal – Recursos financeiros mantidos junto à Caixa Econômica Federal – Revisão de disposições contratuais – Imposição de obrigação não fazer. *Estado em Juízo – Carlos da Costa e Silva Filho, Sergio Pimentel Borges da Cunha e Francesco Conte* ..... 490

**CONTE, Francesco** – Advocacia Pública – Estado Democrático de Direito – Função essencial à justiça – Atuação preventiva e postulatória – Comprometimento com a ação finalística da Administração Pública. *Advocacia pública, ética e defesa da legalidade* ..... 83

**CONTE, Francesco** – Procurador-Geral do Estado – *Apresentação* ..... 23

**CONTE, Francesco e Carlos da Costa e Silva Filho** – Fetos anencéfalos – Inviabilidade de vida fetal – Procedimento médico de interrupção de gravidez – Contestação – Ação Civil Pública – Ministério Público Federal – Impossibilidade jurídica do pedido – Fluidez do conceito de vida inviável – Ponderação *ad hoc*. *Estado em Juízo*..... 447

**CONTE, Francesco e Cristiano Franco Martins** – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Responsabilidade civil – Dano Ambiental – APA de Guapimirim e Baía de Guanabara – Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) – Princípio da Obrigatoriedade da Intervenção Estatal. *Estado em Juízo*.. 469

**CONTE, Francesco, Sergio Pimentel Borges da Cunha e Carlos da Costa e Silva Filho** – Conta B/BANERJ – Declaração de inexistência de relação jurídica entre o Estado do Rio de Janeiro e a União Federal – Recursos financeiros mantidos junto à Caixa Econômica Federal – Revisão de disposições contratuais – Imposição de obrigação não fazer. *Estado em Juízo* ..... 490

**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA** – Responsabilidade do ente público

- Emenda Constitucional n.º 41/2003 - Lei Federal n.º 10.887/2004 - Necessidade de lei estadual para instituição da contribuição. *Parecer n.º 07/2004 - Cristiano Franco Martins*..... 286

**CONVÊNIO ICMS 26/03** - Isenção de ICMS nas operações internas relativas a aquisição de mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública estadual direta, suas autarquias e fundações - Possibilidade de implantação no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. *Parecer n.º 03/2004 - Gustavo Amaral - Prêmio Jurídico Diogo de Figueiredo Moreira Neto*.. 544

**COSTA, Paulo Henrique Spilotros** - Representação de Inconstitucionalidade - Lei Estadual de concessões e permissões de serviços públicos (Lei n.º 2.831/1997) - Inconstitucionalidade dos artigos 6.º e 45, § 2.º - Ofensa ao princípio da moralidade e à obrigatoriedade de licitação - Constitucionalidade do art. 32 - Vinculação à adequação e continuidade do serviço público - Análise casuística da indispensabilidade de licitação. *Parecer n.º 01/2004*..... 532

**CUNHA, Sergio Pimentel Borges da, Carlos da Costa e Silva Filho e Francesco Conte** - Conta B/ BANERJ - Declaração de inexistência de relação jurídica entre o Estado do Rio de Janeiro e a União Federal - Recursos financeiros mantidos junto à Caixa Econômica Federal - Revisão de disposições contratuais - Imposição de obrigação não fazer. *Estado em Juízo*..... 490

## D

**DANO AMBIENTAL** - Responsabilidade civil - Ação Civil Pública com pedido de liminar - APA de Guapimirim e Baía de Guanabara - Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) - Deferimento parcial de liminar - Fixação de multa diária - *Poder Judiciário - Justiça Estadual*..... 415

**DESESTATIZAÇÃO** - Objetivos do programa de desestatização - Tipos de contrato de desestatização - Atores envolvidos - Poder Concedente e Região Metropolitana - Estatais intervenientes nos contratos de concessão - Obrigações do concessionário - Receitas do concessionário - Tarifas e cobrança mínima - Receitas adicionais - Destinação das receitas adicionais - Eficiência pela competição - Serviço seletivo de transporte de passageiros em ônibus - Regulação do serviço público - Desafios regulatórios do transporte de passageiros - Controle da atividade regulatória - Intangibilidade da ponderação regulatória - Espaço para o controle - Principais medidas processuais. *Parcerias decorrentes do Programa Estadual de Desestatização - Marcos Juruena Villela Souto*... 151

**DISPENSA DE LICITAÇÃO** - Permuta de áreas para extinguir litígio -

necessidade de prévia autorização do Presidente do DER/RJ e autorização legislativa - Desmembramento de áreas a ser proposto junto ao Município de Pirai. *Parecer n.º 01/2004 - Beatriz do Couto e Silva*..... 340

## E

**EDUCAÇÃO PÚBLICA** - Contratação por tempo determinado - Artigo 37, IX, CF - Lei n.º 2.399/95 - Limite de 5.800 contratações temporárias - Inconstitucionalidade - Matéria de competência administrativa - Excesso de Poder Legislativo. *Parecer n.º 05/2004 - Fabiana Andrada do Amaral Rudge Braga*..... 279

**EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 41/2003** - Contribuição previdenciária de responsabilidade do ente público - Lei federal n.º 10.887/2004 - Necessidade de lei estadual para instituição da contribuição. *Parecer n.º 07/2004 - Cristiano Franco Martins*..... 286

**EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 45/2004** - Criação do Conselho Nacional de Justiça - O Poder Judiciário em um Estado Democrático de Direito - Ascensão institucional do Poder Judiciário sob a Constituição de 1988 - Função jurisdicional, administração da Justiça e participação da sociedade - Princípio majoritário, cláusulas pétreas e controle de constitucionalidade - Princípio da separação de poderes - Princípio da forma federativa de Estado - ADIn n.º 3.367-DF. *Constitucionalidade e legitimidade da criação do Conselho Nacional de Justiça - Luís Roberto Barroso*..... 122

## F

**FETOS ANENCÉFALOS** - Inviabilidade de vida fetal - Procedimento médico de interrupção de gravidez - Contestação - Ação Civil Pública - Ministério Público Federal - Impossibilidade jurídica do pedido - Fluidez do conceito de vida inviável - Ponderação *ad hoc*. *Estado em juízo - Carlos da Costa e Silva Filho e Francesco Conte*..... 447

## G

**GARCIA, Flavio Amaral** - Receitas marginais - Contrato de concessão de serviços ferroviários - Proposta de exploração comercial na Estação Ferroviária de Nova Iguaçu - Inteligência do art. 11, da Lei n.º 8.987/95 - Princípio da modicidade das tarifas - Minuta de protocolo de intenções - Necessidade de definição da composição do consórcio. *Parecer n.º 04/2004*..... 387

**GOMES, Simone Maiato** - *Royalties* do petróleo - Quebra do monopólio da

União sobre a exploração das jazidas de petróleo – *Royalties* do petróleo e a compensação financeira devida aos Estados e Municípios – Problema da aplicação dos *royalties* pelos entes federados – Interferência na autonomia dos entes federados – Direcionamento da aplicação das compensações financeiras. *Os royalties do petróleo. Indenização. Hipótese de inconstitucionalidade dos critérios de pagamento e aplicação*..... 223

## I

**ICMS** – Importação de mercadorias (material demonstrativo para curso de eletrônica) – Componente de fascículo – Mandado de Segurança impetrado perante a Justiça Federal – Alegação de imunidade do ICMS – Pedido de liberação das mercadorias, sem o pagamento dos impostos incidentes na importação (IPI, II e ICMS) – Deferimento de liminar pelo juiz federal – Incompetência da Justiça Federal para decidir acerca da existência ou não de relação jurídica tributária entre o contribuinte e o Estado relativamente ao ICMS incidente na importação – Exegese do art. 109, VII, da CF – Inexistência de litisconsórcio passivo necessário entre o Estado e a União Federal – Ilegitimidade passiva do Estado do Rio de Janeiro para integrar o *mandamus* impetrado perante a Justiça Federal – Dúvidas da Secretaria de Estado da Receita – Fiscalização para constituição do crédito tributário estadual decorrente da importação – Procedimentos que dependem da verificação se o Estado integra, ou não, a relação jurídica processual. *Parecer n.º 03/2003 – Cláudia Freze da Silva*..... 302

**IMPOSTO DE RENDA NA FONTE** – Isenção do incidente sobre rendimentos pagos pelo Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias ou fundações a aposentado do serviço público estadual, portador de moléstia definida em lei federal – Competência do Estado do Rio de Janeiro para reconhecer o direito à isenção – Se o Estado do Rio de Janeiro indevidamente retém o IRRF de que o aposentado está isento, cabe a repetição, com observância das normas legais aplicáveis. *Parecer n.º 01/2004 – João Guilherme Sauer*..... 292

## J

**JANSEN, Letácio** – A Libra portuguesa – Depreciação da Libra – Antecedentes do Real português – O Real, nova unidade monetária portuguesa – Mil Réis em Portugal – Mil Réis no Brasil – Relevância monetária do primeiro Banco do Brasil – Mil Réis após a Independência – Papel moeda de Mil Réis – “Papelistas” versus os “metalistas” – Presença de Rui Barbosa – “Encilhamento” – Ideologia de Murinho – Do padrão ouro ao curso forçado do Mil Réis papel – Revogação do Mil Réis. *Pequena História Jurídica do Mil Réis* ..... 89

**JUROS LEGAIS** – Definição da Taxa Aplicável – 12% (doze por cento) ao ano, à luz do artigo 406 do Código Civil de 2002, exceto na hipótese do art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97 – Direito intertemporal – Aplicação do Código de 1916 aos fatos pretéritos. *Parecer n.º 04/2004 – Leonardo de Andrade Mattietto*..... 361

## L

**LEI COMPLEMENTAR N.º 104/2001** – O verdadeiro alcance da norma geral antielisiva: a jurisprudência dos conceitos, dos interesses e a dos valores – Eficácia do parágrafo único do artigo 116 do CTN: considerações acerca da Medida Provisória 66/02 – Efetividade do parágrafo único do artigo 116 do CTN: análise de alguns casos concretos. *Artigo 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional – Norma geral antielisiva?* – *Vanessa Huckleberry Portella Siqueira*..... 237

**LEI ESTADUAL N.º 1.713/1990** – Concessão – Benefício – Contagem – Dobro – Tempo ficto – Servidor Público – Aposentadoria – Disponibilidade – Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 404-2. *Poder Judiciário – Supremo Tribunal Federal*..... 431

**LEI ESTADUAL N.º 2.399/1995** – Educação pública – Contratação por tempo determinado – Artigo 37, IX, CF – Limite de 5.800 contratações temporárias – Inconstitucionalidade – Matéria de competência administrativa – Excesso de Poder Legislativo. *Parecer n.º 05/2004 – Fabiana Andrada do Amaral Rudge Braga*..... 279

**LEI ESTADUAL N.º 2.831/1997** – Inconstitucionalidade dos artigos 6.º e 45, § 2.º – Representação por Inconstitucionalidade – Ofensa ao princípio da moralidade e à obrigatoriedade de licitação – Constitucionalidade do art. 32 – Vinculação à adequação e continuidade do serviço público – Análise casuística da indispensabilidade de licitação. *Parecer n.º 01/2004 – Paulo Henrique Spilotros Costa*..... 315

**LEI ESTADUAL N.º 4.157/2003** – Promoção de Policiais Militares – Postos de Coronel PM e Major PM – Impossibilidade Jurídica – Vícios de inconstitucionalidade formal e material – Decisão liminar – Representação por Inconstitucionalidade n.º 156/2003. *Parecer n.º 02/2004 – Alexandre Simões da Câmara e Silva*..... 315

**LEITE, Fabrício do Rozario Valle Dantes** – Servidor em estágio probatório – Exoneração *ex officio* – Possibilidade – Desnecessidade de processo administrativo disciplinar – Observância do verbete n.º 21 da Súmula de Jurisprudência Dominante do Supremo Tribunal Federal – Cumprimento

do disposto no artigo 92, I, do Código Penal – Necessidade, diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória – Entendimento doutrinário e precedentes jurisprudenciais e administrativos. *Parecer n.º 19/2004* ..... 327

**LIMONGI, Dante Braz** – Bens vagos – Artigo 1.237 do novo Código Civil beneficia Municípios com o produto da venda – Bens arrecadados na vigência do Código anterior – Depósito na conta do Tesouro Estadual – Na falta de norma legal específica descabe depositar tais valores no Fundo Estadual do Tribunal de Justiça ou qualquer outro que não a conta corrente do Tesouro do Estado. *Parecer n.º 06/2004* ..... 353

## M

**MANNHEIMER, Sérgio Nelson** – Arrecadação de coisas vagas – Discussão sobre sua destinação – Art. 1.237 do novo Código Civil – Derrogação do art. 1.173 do Código de Processo Civil – Hipótese, na qual, contudo por ser a arrecadação anterior à vigência da nova lei, é de se aplicar a regra anterior, segunda a qual os bens revertem ao Estado e não ao Município. *Parecer n.º 01/2004* ..... 384

**MARTINS, Cristiano Franco** – Emenda Constitucional n.º 41/2003 – Contribuição previdenciária de responsabilidade do ente público – Lei federal n.º 10.887/2004 – Necessidade de lei estadual para instituição da contribuição. *Parecer n.º 07/2004* ..... 286

**MARTINS, Cristiano Franco e Francesco Conte** – Dano Ambiental – Responsabilidade civil – APA de Guapimirim e Baía de Guanabara – Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) – Princípio da Obrigatoriedade da Intervenção Estatal – Ação Civil Pública com pedido de liminar. *Estado em Julzo* ..... 469

**MATTIETTO, Leonardo** – Juros legais – Definição da Taxa Aplicável – 12% (doze por cento) ao ano, à luz do artigo 406 do Código Civil de 2002, exceto na hipótese do art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97 – Direito intertemporal – Aplicação do Código de 1916 aos fatos pretéritos. *Parecer n.º 04/2004* ... 361

**MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo** – Validade temporal dos termos temáticos: princípios constitucionais fundamentais – Era dos princípios – Princípios filosóficos e jurídicos – Prospectiva: o desafio da segurança jurídica – Multiconstitucionalismo – Constituição inglesa e a supremacia da *law of the land* – Constituição americana e supremacia de suas normas – Modelos positivistas de constituições européias e a supremacia dos estados – Modelos pós-modernos de constituição e a supremacia das pessoas – Prospectivas: a constituição societal, a constituição sem estado e a

supremacia universal dos direitos humanos – Constituição societal – Constituição sem estado – Supremacia universal dos direitos humanos – Princípios: a dimensão epistemológica (verdade, certeza, probabilidade e provisoriedade) – Constituições: das pirâmides às redes – Fundamentos: centrípetos *versus* centrífugos. *Princípios Constitucionais Fundamentais* ..... 33

## P

**PRECATÓRIO** – Ordem cronológica – Preferência aos maiores de 65 anos de idade – Princípio da impessoalidade – Princípio da moralidade – Créditos de natureza alimentar – Poder Constituinte Originário – Artigo 100, CR – Emenda da Constituição Estadual (Artigo 153, § 3.º) – Poder Constituinte Derivado – Princípio da supremacia da Constituição – Estatuto do Idoso – Eventual iniciativa do Presidente do Tribunal. *Parecer n.º 01/2004* – *Daniele Farias Dantas de Andrade* ..... 376

**PRÊMIO JURÍDICO DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO** – Convênio ICMS 26/03 – Isenção de ICMS – Operações internas – Aquisição de mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública estadual direta, suas autarquias e fundações – Possibilidade de implantação no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. *Parecer n.º 03/2004* – *Gustavo Amaral* ..... 544

**PRÊMIO JURÍDICO JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA** – Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3019 – Lei Estadual n.º 4.117 – ICMS – Extração de petróleo – Deslocamento físico da mercadoria – Ausência de *periculum in mora* – Inépcia da inicial. *Pronunciamento sobre pedido de liminar* – *Gustavo Amaral* ..... 561

**PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS** – Era dos princípios – Princípios filosóficos e jurídicos – Prospectiva: o desafio da segurança jurídica – Multiconstitucionalismo – Constituição inglesa e a supremacia da *law of the land* – Constituição americana e supremacia de suas normas – Modelos positivistas de constituições européias e a supremacia dos estados – Modelos pós-modernos de constituição e a supremacia das pessoas – Prospectivas: a constituição societal, a constituição sem estado e a supremacia universal dos direitos humanos – Constituição societal – Constituição sem estado – Supremacia universal dos direitos humanos – Princípios: a dimensão epistemológica (verdade, certeza, probabilidade e provisoriedade) – Constituições: das pirâmides às redes – Fundamentos: centrípetos *versus* centrífugos. *Princípios Constitucionais Fundamentais* – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto* ..... 33

## R

**RECEITAS MARGINAIS** – Contrato de concessão de serviços ferroviários – Proposta de exploração comercial na Estação Ferroviária de Nova Iguaçu – Inteligência do art. 11, da Lei n.º 8.987/95 – Princípio da modicidade das tarifas – Minuta de protocolo de intenções – Necessidade de definição da composição do consórcio. *Parecer n.º 04/2004 – Flavio Amaral Garcia* ..... 387

**REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE N.º 137/2002** – Lei Estadual de concessões e permissões de serviços públicos (Lei n.º 2.831/1997) – Inconstitucionalidade dos artigos 6.º e 45, § 2.º – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Possibilidade de transferência da concessão – Vinculação à adequação e continuidade do serviço público – Constitucionalidade do art. 32, da Lei n.º 2.831/1997 – Representação por Inconstitucionalidade n.º 137/2002. *Estado em Juízo – Paolo Henrique Spilotros Costa e Francesco Conte* ..... 532

**REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE N.º 156/2003** – Lei Estadual n.º 4.157/2003 – Promoção de Policiais Militares – Postos de Coronel PM e Major PM – Impossibilidade Jurídica – Vícios de inconstitucionalidade formal e material – Decisão liminar. *Parecer n.º 02/2004 – Alexandre Simões da Câmara e Silva* ..... 315

**ROYALTIES DO PETRÓLEO** – Quebra do monopólio da União sobre a exploração das jazidas de petróleo – *Royalties* do petróleo e a compensação financeira devida aos Estados e Municípios – Problema da aplicação dos *royalties* pelos entes federados – Interferência na autonomia dos entes federados – Direcionamento da aplicação das compensações financeiras. *Os royalties do petróleo. Indenização. Hipótese de inconstitucionalidade dos critérios de pagamento e aplicação – Simone Maiato Gomes* ..... 223

## S

**SANTOS, Luiz Fernando Rodrigues dos** – Tribunal de Contas do Estado – Multa – Servidor vinculado ao Município de Cantagalo – Ausência de pagamento perante o TCE/RJ – Necessidade da inscrição do débito em dívida ativa – Dupla cobrança da quantia devida – Legitimidade da inscrição em dívida ativa estadual – Natureza jurídica da multa aplicada – Poder-dever da persecução daqueles valores pelo órgão central jurídica do Estado – Necessidade de manutenção dos procedimentos conducentes à satisfação do crédito. *Parecer n.º 01/2004* ..... 334

**SAUER, João Guilherme** – Imposto de Renda na fonte – Isenção do incidente sobre rendimentos pagos pelo Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias ou fundações a aposentado do serviço público estadual, portador de moléstia

definida em lei federal – Competência do Estado do Rio de Janeiro para reconhecer o direito à isenção – Se o Estado do Rio de Janeiro indevidamente retém o IRRF de que o aposentado está isento, cabe a repetição, com observância das normas legais aplicáveis. *Parecer n.º 01/2004* ..... 292

**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS** – Procedimento para pagamento de obrigações de pequeno valor – Art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e artigo 87 do ADCT – Observância da ordem cronológica a contar da data da intimação do Estado para pagamento – Termo *a quo* do prazo para pagamento: data da juntada do mandado de intimação aos autos (artigo 241, II, do CPC). *Parecer n.º 11/2004 – Patrícia Ferreira Baptista* ..... 356

**SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO** – Exoneração *ex officio* – Possibilidade – Desnecessidade de processo administrativo disciplinar – Observância do verbete n.º 21 da Súmula de Jurisprudência Dominante do Supremo Tribunal Federal – Cumprimento do disposto no artigo 92, I, do Código Penal – Necessidade, diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória – Entendimento doutrinário e precedentes jurisprudenciais e administrativos. *Parecer n.º 19/2004 – Fabrício do Rozario Valle Dantes Leite* ..... 327

**SILVA, Alexandre Simões da Câmara e** – Lei Estadual n.º 4.157/2003 – Promoção de Policiais Militares – Postos de Coronel PM e Major PM – Impossibilidade Jurídica – Vícios de inconstitucionalidade formal e material – Decisão liminar – Representação por Inconstitucionalidade n.º 156/2003. *Parecer n.º 02/2004* ..... 315

**SILVA, Beatriz do Couto e** – Dispensa de licitação – Permuta de áreas para extinguir litígio – necessidade de prévia autorização do Presidente do DER/RJ e autorização legislativa – Desmembramento de áreas a ser proposto junto ao Município de Piraí. *Parecer n.º 01/2004* ..... 340

**SILVA, Cláudia Freze da** – ICMS – Importação de mercadorias (material demonstrativo para curso de eletrônica) – Componente de fascículo – Mandado de Segurança impetrado perante a Justiça Federal – Alegação de imunidade do ICMS – Pedido de liberação das mercadorias, sem o pagamento dos impostos incidentes na importação (IPI, II e ICMS) – Deferimento de liminar pelo juiz federal – Incompetência da Justiça Federal para decidir acerca da existência ou não de relação jurídica tributária entre o contribuinte e o Estado relativamente ao ICMS incidente na importação – Exegese do art. 109, VII, da CF – Inexistência de litisconsórcio passivo necessário entre o Estado e a União Federal –

Ilegitimidade passiva do Estado do Rio de Janeiro para integrar o <i>mandamus</i> impetrado perante a Justiça Federal – Dúvidas da Secretaria de Estado da Receita – Fiscalização para constituição do crédito tributário estadual decorrente da importação – Procedimentos que dependem da verificação se o Estado integra, ou não, a relação jurídica processual. <i>Parecer n.º 03/2003</i> .....	302
<b>SILVA</b> , Luiz Eduardo Lessa – APA de Cairuçu – Licença de instalação vencida – Prorrogação – Limite – Necessidade de prévio Licenciamento Ambiental federal – Art. 4.º, I, da Resolução CONAMA n.º 237/97 e art. 10, § 4.º, da Lei 6.938/81. <i>Parecer n.º 06/2004</i> .....	348
<b>SILVA FILHO</b> , Carlos da Costa e e Francesco Conte – Fetos Anencéfalos – Inviabilidade de vida fetal – Procedimento médico de interrupção de gravidez – Contestação – Ação Civil Pública – Ministério Público Federal – Impossibilidade jurídica do pedido – Fluidez do conceito de vida inviável – Ponderação <i>ad hoc</i> . <i>Estado em juízo</i> .....	447
<b>SIQUEIRA</b> , Vanessa Huckleberry Portella – Lei Complementar n.º 104/01 – O verdadeiro alcance da norma geral antielisiva: a jurisprudência dos conceitos, dos interesses e a dos valores – Eficácia do parágrafo único do artigo 116 do CTN: considerações acerca da Medida Provisória 66/02 – Efetividade do parágrafo único do artigo 116 do CTN: análise de alguns casos concretos. <i>Artigo 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional – Norma geral antielisiva?</i> .....	237
<b>SOUTO</b> , Marcos Juruena Villela – Desestatização – Objetivos do programa de desestatização – Tipos de contrato de desestatização – Atores envolvidos – Poder Concedente e Região Metropolitana – Estatais intervenientes nos contratos de concessão – Obrigações do concessionário – Receitas do concessionário – Tarifas e cobrança mínima – Receitas adicionais – Destinação das receitas adicionais – Eficiência pela competição – Serviço seletivo de transporte de passageiros em ônibus – Regulação do serviço público – Desafios regulatórios do transporte de passageiros – Controle da atividade regulatória – Intangibilidade da ponderação regulatória – Espaço para o controle – Principais medidas processuais. <i>Parcerias decorrentes do Programa Estadual de Desestatização</i> .....	151
<b>SOUTO</b> , Marcos Juruena Villela – Petição formulada por concessionária de serviço público – SUPERVIA – Exame de legitimidade para exercer o direito de petição perante a PGE – Distinção entre denúncia de ilegalidade e consulta – Inteligência de legislação estadual sobre prazos para decisões administrativas e conseqüências de sua inobservância – Distinção entre revisão programada dos contratos de concessão e revisão extraordinária dos contratos. <i>Parecer n.º 14/2004</i> .....	395

## T

**TEIXEIRA**, Raul – A questão da cidadania e a formação das instâncias operacionais para solução de conflitos – Regulação e proteção ao consumidor – Proliferação das instâncias protetivas – A instância administrativa operada na SUSEP – Sobrecarga do contencioso administrativo e os mecanismos alternativos – Validade e utilidade da instância administrativa da SUSEP – Ouvidorias – Arbitragem. *O fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento das instâncias de defesa do consumidor – O caso do Sistema Nacional de Seguros Privados*.....

**TEORIA AUTOPOIÉTICA** – Atualização metodológica do Direito Administrativo – Princípio Constitucional da Eficiência (art. 37, caput, CF) – Administração de Resultado – Legalidade finalística e material. *Ensaio de uma visão autopoietica do Direito Administrativo – Alexandre Santos de Aragão* .....

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO** – Multa – Servidor vinculado ao Município de Cantagalo – Ausência de pagamento perante o TCE/RJ – Necessidade da inscrição do débito em dívida ativa – Dupla cobrança da quantia devida – Legitimidade da inscrição em dívida ativa estadual – Natureza jurídica da multa aplicada – Poder-dever da persecução daqueles valores pelo órgão central jurídica do Estado – Necessidade de manutenção dos procedimentos conducentes à satisfação do crédito. *Parecer n.º 01/2004 – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos*.....

## W

**WILLEMANN**, Flávio de Araújo – Agravo de Instrumento em Recurso Especial – Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro (IPERJ) – Art. 530 do CPC – Lei n.º 10.352/2001 – Conflito intertemporal de leis – Art. 535, II, do CPC. *Estado em Juízo*.....